



# MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E AGROECOLOGIA 6

Tayronne de Almeida Rodrigues  
João Leandro Neto  
Dennyura Oliveira Galvão  
(Organizadores)

**Tayronne de Almeida Rodrigues**  
**João Leandro Neto**  
**Dennyura Oliveira Galvão**  
(Organizadores)

# **Meio Ambiente, Sustentabilidade e Agroecologia 6**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

M514 Meio ambiente, sustentabilidade e agroecologia 6 [recurso eletrônico]  
/ Organizadores Tayronne de Almeida Rodrigues, João Leandro Neto, Dennyura Oliveira Galvão. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Meio Ambiente, Sustentabilidade e Agroecologia; v. 6)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-334-7

DOI 10.22533/at.ed.347191604

1. Agroecologia – Pesquisa – Brasil. 2. Meio ambiente – Pesquisa – Brasil. 3. Sustentabilidade. I. Rodrigues, Tayronne de Almeida. II. Leandro Neto, João. III. Galvão, Dennyura Oliveira. IV. Série.

CDD 630

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

## APRESENTAÇÃO

A obra Meio Ambiente, Sustentabilidade e Agroecologia vem tratar de um conjunto de atitudes, de ideias que são viáveis para a sociedade, em busca da preservação dos recursos naturais.

Em sua origem a espécie humana era nômade, e vivia integrada a natureza, sobreviviam da caça e da colheita. Ao perceber o esgotamento de recursos na região onde habitavam, migravam para outra área, permitindo que houvesse uma reposição natural do que foi destruído. Com a chegada da agricultura o ser humano desenvolveu métodos de irrigação, além da domesticação de animais e também descobriu que a natureza oferecia elementos extraídos e trabalhados que podiam ser transformados em diversos utensílios. As pequenas tribos cresceram, formando cidades, reinos e até mesmo impérios e a intervenção do homem embora pareça benéfica, passou a alterar cada vez mais negativamente o meio ambiente.

No século com XIX as máquinas a vapor movidas a carvão mineral, a Revolução Industrial mudaria para sempre a sociedade humana. A produção em grande volume dos itens de consumo começou a gerar demandas e com isso a extração de recursos naturais foi intensificada. Até a agricultura que antes era destinada a subsistência passou a ter larga escala, com cultivos para a venda em diversos mercados do mundo. Atualmente esse modelo de consumo, produção, extração desenfreada ameaça não apenas a natureza, mas sua própria existência. Percebe-se o esgotamento de recursos essenciais para as diversas atividades humanas e a extinção de animais que antes eram abundantes no planeta. Por estes motivos é necessário que o ser humano adote uma postura mais sustentável.

A ONU desenvolveu o conceito de sustentabilidade como desenvolvimento que responde as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer seus próprios anseios. A sustentabilidade possui quatro vertentes principais: ambiental, econômica, social e cultural, que trata do uso consciente dos recursos naturais, bem como planejamento para sua reposição, bem como no reaproveitamento de matérias primas, no desenvolvimento de métodos mais baratos, na integração de todos os indivíduos na sociedade, proporcionando as condições necessárias para que exerçam sua cidadania e a integração do desenvolvimento tecnológico social, perpetuando dessa maneira as heranças culturais de cada povo. Para que isso ocorra as entidades e governos precisam estar juntos, seja utilizando transportes alternativos, reciclando, incentivando a permacultura, o consumo de alimentos orgânicos ou fomentando o uso de energias renováveis.

No âmbito da Agroecologia apresentam-se conceitos e metodologias para estudar os agroecossistemas, cujo objetivo é permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maior sustentabilidade, como bem tratam os autores desta obra. A agroecologia está preocupada com o equilíbrio da natureza e a produção de alimentos sustentáveis, como também é um organismo vivo com sistemas integrados

entre si: solo, árvores, plantas cultivadas e animais.

Ao publicar esta obra a Atena Editora, mostra seu ato de responsabilidade com o planeta quando incentiva estudos nessa área, com a finalidade das sociedades sustentáveis adotarem a preocupação com o futuro.

Tenham uma excelente leitura!

Tayronne de Almeida Rodrigues

João Leandro Neto

Dennyura Oliveira Galvão

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
UM ESTUDO SOBRE OS ESPAÇOS PÚBLICOS E SUAS IMPLICAÇÕES NA CIDADE DE TERESINA/PI	
Emanuelle de Aragão Arrais Ana Virgínia Alvarenga Andrade Ana Cristina Claudino de Melo Ana Paula Claudino Melo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3471916041</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>17</b>
RELAÇÃO ENTRE AVIFAUNA E PLANTAS FRUTÍFERAS EM PARQUES LINEARES URBANOS	
Carlos Humberto Biagolini Roberto Wagner Lourenço	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3471916042</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>27</b>
ANÁLISE DA VIABILIDADE DE LOCALIZAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA DO PARÁ - PA DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES COM AUXÍLIO DA FERRAMENTA SIG	
Ana Larissa Pinto da Silva Ana Beatriz Neves da Silva João Francisco Costa Carneiro Junior Jamer Andrade da Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3471916043</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>43</b>
AVALIAÇÃO DO EFEITO DO REPROCESSAMENTO NAS PROPRIEDADES TÉRMICAS DO POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) VERDE POR CALORIMETRIA EXPLORATÓRIA DIFERENCIAL (DSC)	
Amanda Vecila Cheffer de Araujo Lisete Cristine Scienza Alessandro Luiz Alves Soares Vinícius Martins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3471916044</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>53</b>
AVALIAÇÃO DO COMPORTAMENTO MECÂNICO DE CONCRETO NÃO ESTRUTURAL PRODUZIDO COM RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL	
Leticia Martelo Pagoto Simone Cristina Caldato da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3471916045</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>64</b>
EMPREGO DE TRATAMENTOS QUÍMICOS E FÍSICOS PARA A UTILIZAÇÃO DO RESÍDUO GERADO EM USINAS TERMELÉTRICAS	
Augusto César Cavalcanti Gomes Andréa de Vasconcelos Ferraz Lucimar Pacheco Gomes da Rocha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3471916046</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>73</b>
ENERGIAS ALTERNATIVAS EM EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS – EXPERIÊNCIA EM ESTABELECIMENTO NO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL/RS	
Beatriz Stoll Moraes Victor Paulo Klöeckner Pires Lenilda Alves Oliveira Nilcilene de Acis Oliveira Viviane da Silva Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3471916047</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>80</b>
MENSURAÇÃO DA VULNERABILIDADE AMBIENTAL DAS OLARIAS DA REGIÃO DO SERIDÓ/RN	
Luziana Maria Nunes de Queiroz Priscilla Pimentel Diógenes Góis de Araújo Juliana da Costa Maia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3471916048</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>93</b>
MERCADOS INSTITUCIONAIS E A PROMOÇÃO DA AGRICULTURA QUILOMBOLA AGROECOLÓGICA	
Cristiane Coradin Naziel de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3471916049</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>103</b>
OS PARQUES URBANOS COMO ESPAÇOS DE BEM-ESTAR E QUALIDADE DE VIDA NA ATUALIDADE. UMA BREVE ANÁLISE NA CIDADE DE MAUÁ-SP	
Marcela Hiluany Leonice Domingos dos Santos Cintra Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160410</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>113</b>
PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE MIRASSOL D'OESTE – MT	
Cláudia Lúcia Pinto Valcir Rogério Pinto Carolina dos Santos Elaine Maria Loureiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160411</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>123</b>
PERCEPÇÃO AMBIENTAL DO COMPLEXO DE COMÉRCIOS, TROCA-TROCA E SHOPPING DA CIDADE, SOBRE A DEGRADAÇÃO DO RIO PARNAÍBA EM TERESINA-PI	
Francisco das Chagas Paiva Silva Francielly Lopes da Silva Diene Nascimento de Sousa Bruna de Freitas Iwata	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160412</b>	

<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>132</b>
ESTUDO DE CASO DA LOGÍSTICA REVERSA NO MUNICÍPIO DE QUINZE DE NOVEMBRO, RIO GRANDE DO SUL	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Caroline Trombetta</li> <li>Alexandre Couto Rodrigues</li> <li>Clovis Orlando Da Ros</li> <li>Rodrigo Ferreira da Silva</li> </ul>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160413</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>147</b>
ESTRUTURA FÍSICA E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VACINAÇÃO NO MARANHÃO, BRASIL	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Rejane Christine de Sousa Queiroz</li> <li>Amanda Valeria Damasceno dos Santos</li> <li>Laine Cortês Albuquerque Castro</li> <li>Ricardo Sousa Almeida</li> <li>Francelena de Sousa Silva</li> <li>Aline Sampieri Tonello</li> <li>Erika Bárbara Abreu Fonseca Thomaz</li> <li>Maria dos Remédios Freitas Carvalho Branco</li> <li>Luiz Augusto Facchini</li> </ul>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160414</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>159</b>
GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS: UMA ANÁLISE DA COLETA SELETIVA NOS PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA EM TERESINA, PIAUÍ	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Jéssica Aline Cardoso Gomes</li> <li>Francielly Lopes da Silva</li> <li>Francisco das Chagas Paiva Silva</li> <li>Diene Nascimento de Sousa</li> <li>Míriam Araújo de Oliveira</li> </ul>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160415</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>172</b>
GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA A PARTIR DA QUEIMA DO RESÍDUO DOMICILIAR	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Priscila Bolcchi</li> <li>Franciele Silva Martins dos Anjos</li> </ul>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160416</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>182</b>
PROCESSO DE FORMALIZAÇÃO DA CACHAÇA DE ALAMBIQUE NO ESTADO DE SÃO PAULO	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Raquel Nakazato Pinotti</li> <li>Adriana Renata Verdi</li> <li>Elisangela Marques Jeronimo</li> <li>Celina Maria Henrique</li> </ul>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160417</b>	

<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>196</b>
REFUGIO DE VIDA SILVESTRE LAQUIPAMPA: VALORIZACIÓN E IDENTIFICACIÓN DE PLANES DE INTERVENCIÓN	
Licela Judith Paredes Tafur	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160418</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>203</b>
ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE INDICES DE GOVERNANÇA ELETRÔNICA NA GESTÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL LEGISLATIVO E EXECUTIVO DE PORTO VELHO CAPITAL DO ESTADO DE RONDÔNIA	
João Marcos Machado de França	
Mariluce Paes de Souza	
Theóphilo Alves de Souza Filho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160419</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>222</b>
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO TRATAMENTO DE PACIENTES COM DIAGNÓSTICO DE HANSENÍASE DE UMA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO LUIS – MA	
Kassya Rosete Silva Leitão	
Maria de Fátima Lires Paiva	
Maria Iêda Gomes Vanderlei	
Ortêncyra Moraes Silva	
Thalita Dutra de Abreu	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160420</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>229</b>
CARACTERIZAÇÃO QUALITATIVA DE SOLOS ATRAVÉS DE CROMATOGRÁFIA DE PFEIFFER EM AGROECOSSISTEMAS	
David Marx Antunes de Melo	
Eduarda Fernandes dos Reis	
Thiago do Nascimento Coaracy	
Alex da Silva Barbosa	
Alexandre Eduardo de Araújo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160421</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>235</b>
DISTRIBUIÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL DOS CASOS DE INTOXICAÇÃO EXÓGENA NO ESTADO DO MARANHÃO	
Ana Emília F. Castelo Branco	
Fabrício B. Silva	
Jessflan Rafael N. Santos	
Tatiana de Sousa S. Carvalho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160422</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>239</b>
GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – ESTUDO DE CASO	
Evandro Roberto Tagliaferro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160423</b>	

<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>254</b>
IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA POR CONTROLE SOCIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR DE ALAGOAS	
Rafael Navas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160424</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>264</b>
INCORPORAÇÃO DE NANOPARTÍCULAS DE ÓXIDO DE ZIRCÔNIO EM ACETATO DE CELULOSE PARA A VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS AGROINDUSTRIAIS	
Eupídio Scopel	
Carla da Silva Meireles	
Cleocir José Dalmaschio	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160425</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>277</b>
INFLUÊNCIA DO TIPO DE EMBALAGEM NA QUALIDADE FISIOLÓGICA DE SEMENTES DE ALFACE E ALMEIRÃO, DURANTE A COMERCIALIZAÇÃO	
Mariana Araújo de Sena	
Arlete da Silva Bandeira	
Maria Caroline Aguiar Amaral	
Sávio de Oliveira Ribeiro	
Manoel Nelson de Castro Filho	
Caroline Boaventura Nascimento Penha	
Romana Mascarenhas Andrade Gugé	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160426</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>283</b>
PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS: APONTAMENTOS SOBRE O ICMS ECOLÓGICO COMO INSTRUMENTO DE FOMENTO A POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO BRASIL	
Fernando Martinez Hungaro	
Edilene Mayumi Murashita Takenaka	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160427</b>	
<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>296</b>
PERFIL DE USO DE AGROTÓXICOS NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO – ALAGOAS	
Helane Carine de Araújo Oliveira	
Aldenir Feitosa dos Santos	
João Gomes da Costa	
Jessé Marques da Silva Júnior Pavão	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160428</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>303</b>
PREPARO DE CANDIDATO A MATERIAL DE REFERÊNCIA PARA METAIS E SEMIMETAIS EM ÁGUAS: TESTES PRELIMINARES	
Luciana Juncioni de Arauz	
Marcia Liane Buzzo	
Maria de Fátima Henriques Carvalho	
Lidiane Raquel Verola Mataveli	
Paulo Tiglea	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160429</b>	

<b>CAPÍTULO 30 .....</b>	<b>312</b>
REFLEXÃO SOBRE O PROJETO DE UMA USINA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES - RS	
<a href="#">Maria Soares de Lima</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160430</b>	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES.....</b>	<b>316</b>

## ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE INDICES DE GOVERNANÇA ELETRÔNICA NA GESTÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL LEGISLATIVO E EXECUTIVO DE PORTO VELHO CAPITAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

### **João Marcos Machado de França**

Contador, Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil (2015)

### **Mariluce Paes de Souza**

Administradora, Pós-doutorado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2012)

### **Theóphilo Alves de Souza Filho**

Administrador, Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará, Brasil (2004)

**RESUMO:** As organizações operam em um ambiente cada vez mais complexo, estando constantemente sujeitas a diversos tipos de pressão, tanto internas quanto externas. As organizações públicas se inserem neste cenário, sendo cada vez mais cobradas por melhores desempenhos resultantes de mecanismos de gestão eficientes acerca das obrigações que lhes competem. Com a evolução do uso dos computadores e dos meios de comunicação, definiram-se novas formas para os modelos de relacionamento estado-sociedade cada vez mais baseadas nas novas tecnologias de informação e comunicação - TICs. Essas tecnologias teriam, portanto, potencial para construir uma nova relação entre poder público executivo e legislativo e o cidadão, ao pressupor-

se que possibilitam uma administração pública mais eficiente, democrática e transparente. No ano de 2009, Mello realizou um estudo para mensurar o Índice de Governança Eletrônica dos Estados Brasileiros (IGEB). Para tal, o autor definiu uma gama de indicadores para analisar os portais eletrônicos de todos os estados brasileiros, definindo o IGEB de cada um. O presente estudo toma por base os indicadores e a metodologia definidos por Mello (2009) para definição do Índice de Governança Eletrônica (IGE) do poder público executivo e legislativo do município de Porto Velho capital do estado de Rondônia, órgãos públicos municipais que dispõem de portal eletrônico com sistema de informações para o cidadão acerca da sua forma de gestão, bem como da gestão dos projetos e recursos públicos acerca das demandas sociais existentes no município. O objetivo central da pesquisa, de identificar o índice de governança eletrônica na gestão do poder público executivo e legislativo do município de Porto Velho com o uso de indicadores analisados na homepage das instituições, foi atingido, pois os indicadores permitiram, além de estabelecer o IGE das organizações, demonstraram quais os pontos que podem ser passíveis de melhoria em cada uma das dimensões estudadas. Neste contexto, foi possível analisar o portal eletrônico da organização em estudo sob a ótica da governança eletrônica, avaliando os indicadores

propostos para definir um índice que demonstrou o grau de acesso proporcionado ao cidadão, empresas e às ações do poder público municipal executivo e legislativo. Bem como a gestão do poder público municipal executivo e legislativo de Porto Velho pode melhorar seu desempenho, no sentido de prestar mais e melhores serviços on-line mais efetivos à sociedade, com algumas melhorias no seu portal, algo que pode até ser simples, considerando que maioria das práticas já existe e que só precisam ser adequadas, de maneira que possam ser mais acessíveis e se constituírem, de fato, em uma fonte de informações que possa atrair o cidadão a conhecer e participar do processo democrático da gestão pública.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gestão Pública, Governança, Governança Eletrônica.

## 1 | INTRODUÇÃO

As informações estão cada vez mais acessíveis, a partir de um ponto de acesso à rede mundial de computadores estará disponível um conjunto de opções de navegação. Neste contexto, as organizações operam em um ambiente cada vez mais complexo, estando constantemente sujeitas a diversos tipos de pressão, tanto internas quanto externas. As organizações públicas também se inserem neste cenário, sendo cada vez mais cobradas por melhores desempenhos resultantes de mecanismos de gestão eficientes acerca das obrigações que lhes competem.

Considerando esta nova realidade e com o advento das modernas tecnologias de informação e comunicação (TIC's), os governos criam mecanismos que convidam o cidadão a conhecerem suas ações e também a participarem do processo de gestão do Estado, caracterizando assim a Governança, que tem como base o engajamento de diversos agentes públicos, privados e sociedade civil em geral, visando objetivos comuns, ou seja, ações melhores e mais efetivas em prol das demandas existentes (MELLO & SLOMSKI, 2012).

No ano de 2009, Mello realizou um estudo para mensurar o Índice de Governança Eletrônica dos Estados Brasileiros (IGEB). Para tal, o autor definiu uma gama de indicadores para analisar os portais eletrônicos de todos os estados brasileiros, definindo o IGEB de cada um. O presente estudo toma por base os indicadores e a metodologia definidos por Mello (2009) para definição do Índice de Governança Eletrônica (IGE) do Município de Porto Velho Capital do Estado de Rondônia, que dispõe de portal eletrônico com sistema de informações para o cidadão acerca da sua forma de gestão, bem como da gestão dos projetos e recursos públicos acerca das demandas sociais existentes no Município.

A dinâmica da gestão pública na atualidade, a atuação do poder público municipal mencionado e a metodologia definida por Mello (2009), levam à realização de uma pesquisa que se norteia na seguinte questão: ***Qual o índice de governança eletrônica presente no processo de gestão do poder público executivo e legislativo de Porto Velho?*** Assim, o objetivo central da pesquisa consiste em estabelecer o índice de

governança eletrônica na gestão do poder público executivo e legislativo do município de Porto Velho capital do estado de Rondônia com o uso de indicadores analisados na homepage de cada instituição e compará-los.

Neste contexto, pretende-se analisar o portal eletrônico da prefeitura e câmara de vereadores em estudo sob a ótica da Governança Eletrônica, avaliando os indicadores propostos para definir um índice que demonstrará o grau de acesso proporcionado ao cidadão e demais atores interessados e às ações do poder público municipal executivo e legislativo.

## **2 | REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Gestão Pública**

A gestão pública consiste em uma forma de gestão que congrega os esforços do Estado, com os princípios da democracia e da justiça social, regulando ações governamentais com foco principal no cidadão e suas necessidades (BRASIL, 2003).

Para que fosse necessário chegar à aplicação deste conceito de gestão pública, foi necessário por uma fase de evolução, saindo do Estado Herdado e migrando para o Estado Necessário.

O Estado Herdado, como definido por Dagnino e Costa (2013), tinha como principais características ser homogeneizador, uniformizador, tecnocrático e centralizador. Na década de 1970 com a Reforma do Estado, surge uma nova tendência para a forma de gestão, baseada na democratização política e, resultante, crescimento exponencial da agenda do governo, caracterizando o Estado necessário (DAGNINO & COSTA, 2013).

Na NPM (New Public Management), em sua forma, destaca-se a função social do Estado, agindo de maneira que possa suprir as demandas evidenciadas pela sociedade. Assim, a gestão pública assume a responsabilidade pela prestação de serviços públicos de qualidade, atuando dentro dos princípios da eficiência, ou seja, gastando os recursos disponíveis ao passo que isso promova os resultados almejados na solução de problemas sociais e econômicos para os quais se destinam (BONEZZI & PEDRAÇA, 2008).

A Nova Gestão Pública requer que a organização do Estado mude, transformando o contexto do que antes se tratava como administração pública, que era burocrática e concentrada na eficácia do poder do Estado, para que possa ganhar espaço a abordagem da gestão pública, que assume a eficácia e busca a eficiência do Estado (BRESSER-PEREIRA, 2002).

### **2.2 Governança**

A Governança parte do princípio de interação e articulação entre as partes interessadas em determinado processo, constituindo-se em uma espécie de

coordenação exercida pelos atores através do exercício do poder e participação nas tomadas de decisão.

Embora tenham sido, primeiramente, desenvolvidos para empresas, os princípios e práticas de Governança também podem ser adotados e trazem benefícios para organizações não empresariais, por meio do alinhamento de interesses em busca de contribuir para o sucesso da organização e para sua longevidade (IBGC, s.d.).

Trazendo para a esfera pública, no contexto apresentado acerca da integração público-privado-sociedade civil, a Governança age como um mecanismo de coordenação para a eficiência do setor público na prestação de serviços para a sociedade. Assim, a gestão pública passa a agir de maneira aberta à maior participação do cidadão em suas ações, seja sugerindo demandas ou cobrando melhores resultados, o que obriga as instituições a agirem no princípio da transparência nas prestações de contas (MELLO & SLOMSKI, 2012).

Neste contexto, as organizações públicas passam a utilizar mecanismos que facilitem o acesso da sociedade aos seus serviços, bem como na divulgação de informações acerca de seus processos. Isso tudo é facilitado pelo implemento de tecnologias inovadoras, como as TIC's, que favorecem a oferta de serviços mais eficientes e cômodos ao cidadão pelo uso da internet, bem como dispõe de informações sobre políticas públicas como maneira de atrair a participação popular, integrando a sociedade civil ao Estado.

Diante dessa realidade, os governos passam a agir de acordo com as novas tendências que exercem pressão sobre si, sendo uma delas a Governança Eletrônica.

### **2.3 Governança Eletrônica**

A inserção das tecnologias da informação e comunicação (TICs) no cotidiano da sociedade muda a abordagem da gestão pública no oferecimento de seus serviços. Deve-se considerar que os cidadãos e empresas querem ter acesso rápido e facilitado aos serviços governamentais (MELLO, 2009).

Sendo o conceito de governo eletrônico associado não somente a ideia de uso da tecnologia da informação e comunicação (TIC) nas ações do setor público, mas também à modernização da administração pública, bem como na melhoria da eficiência dos processos operacionais e administrativos (AGUNE & CARLOS, 2005).

Foi a evolução dos computadores, e principalmente, da Internet, que definiu novas formas de relacionamento entre o Estado e a sociedade (GUIMARÃES & MEDEIROS, 2004).

O que favoreceu o surgimento da Governança Eletrônica, um dos componentes da Governança, representando as contribuições do governo eletrônico para o contexto no qual o governo formula e implementa suas políticas com a participação do cidadão, promovendo o controle social e a transparência em sua atuação (MEDEIROS, 2004).

Neste sentido, o principal desafio da Governança Eletrônica é a necessidade da promoção de alterações culturais e estruturais no governo, com a finalidade de

fornecer um grande volume de informações, fortalecer a cidadania e participação da sociedade na tomada de decisões (ARAÚJO & GOMES, 2004).

Para tanto, Mello (2009) propõe uma metodologia para avaliar o IGEB a partir da análise de 66 indicadores a partir das informações disponíveis nas homepages dos governos de cada Estado brasileiro, como um todo, os quais estão distribuídos em cinco dimensões, a saber: Práticas de Conteúdo (PCon): 13 indicadores; Práticas de Serviços (PSer): 16 indicadores; Práticas de Participação Cidadã (PPC): 10 indicadores; Práticas de Privacidade de Segurança (PPS): 08 indicadores; Práticas de Usabilidade e Acessibilidade (PUA): 19 indicadores.

Portanto, a democracia eletrônica é parte integrante da Governança Eletrônica, que aborda os processos e estruturas de relacionamento entre o cidadão e o governo, utilizando as tecnologias de informação e comunicação. O objetivo é aumentar o grau e a qualidade da participação pública nas decisões do governo. Para que isso ocorra, são utilizadas estratégias como: fóruns, reuniões, consultas, referendos, voto, decisões de regras ou qualquer outra forma de participação eletrônica que possa proporcionar a interação entre o governo e a sociedade (OLIVEIRA, 2008).

### 3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atender ao objetivo proposto, realizou-se uma pesquisa no portal eletrônico do poder público municipal executivo e legislativo da capital do estado de Rondônia, seguindo a metodologia proposta por Mello (2009) e Mello e Slomski (2010), que estabelece 66 indicadores para avaliar o Índice de Governança Eletrônica (IGE) através de análise das *homepages* dos governos de cada Estado brasileiro.

Foram feitas adaptações nas variáveis propostas por Mello e Slomski (2010) para atender a realidade do poder público executivo e legislativo municipal que diverge dos estados. Dentre essas modificações estão: a alteração das variáveis referentes à legislação municipal (PCon3, PServ 6), competência tributária (P Serv9, PServ10).

Será analisado a homepage da Prefeitura e Câmara de Vereadores como sendo os representantes do Poder Público Executivo e Legislativo do Município de Porto Velho, distribuídos em cinco dimensões, assim, utilizam-se 57 indicadores nas cinco dimensões, da seguinte forma:

- Práticas de Conteúdo (PCon): 13 indicadores
- Práticas de Serviços (PSer): 11 indicadores
- Práticas de Participação Cidadã (PPC): 10 indicadores
- Práticas de Privacidade de Segurança (PPS): 06 indicadores
- Práticas de Usabilidade e Acessibilidade (PUA): 17 indicadores.:

Cada indicador foi avaliado de acordo com uma escala que varia de 0 a 3, de acordo com a forma com que a prática se apresenta no portal eletrônico da organização

em estudo, descrito da seguinte forma na tabela 1:

Escola	Descrição/Situação da prática
0	Prática não identificada.
1	Existem algumas informações sobre a prática.
2	A prática está implantada mas de maneira parcial.
3	A prática está totalmente implantada.

Tabela 1. Escalas de avaliação dos indicadores

Para que pudesse ser estabelecido um índice, foi atribuído 20 pontos para cada uma das dimensões apresentadas, somando-se as pontuações das cinco em 100 pontos (100%). Os pontos de cada dimensão foram divididos pelo número de indicadores presentes, resultando na pontuação equivalente para cada indicador de acordo com a escala atribuída às práticas analisadas no site da Prefeitura e Câmara de Vereadores do Município de Porto Velho.

Assim, para cada nota da escala foi atribuído uma pontuação, de acordo com a pontuação de cada indicador, sendo para a escala 0 (0 pontos), para a escala 1 (1/3 da pontuação do indicador), para a escala 2 (2/3 da pontuação do indicador) e para a escala 3 (a pontuação inteira do indicador), conforme apresenta-se na síntese presente na Tabela 2 a seguir:

Procedimentos	Dimensões/Pontos					Total
	PCon	PSer	PPC	PPS	PUA	
<b>Peso igual entre as dimensões</b>	20	20	20	20	20	100
<b>Práticas por dimensão</b>	13	11	10	6	17	57
<b>Pontuação para cada prática</b>	1,538	1,818	2,000	3,333	1,176	-----
<b>Pontuação para escala 0</b>	0	0	0	0	0	-----
<b>Pontuação para escala 1</b>	0,513	0,606	0,667	1,111	0,392	-----
<b>Pontuação para escala 2</b>	1,025	1,212	1,333	2,222	0,784	-----
<b>Pontuação para escala 3</b>	1,538	1,818	2,000	3,333	1,176	-----

Tabela 2: Pontuações dos indicadores

Fonte: elaborado pelo autor com base em Mello (2009)

Diante disso, pode-se classificar esta pesquisa como de caráter quali/quantitativo (CRESWELL, 2006; FLICK, 2009). Justifica-se a pesquisa qualitativa no sentido de que os dados careceram de análise profunda para que pudesse ser avaliado o índice de governança eletrônica através dos indicadores estabelecidos por Mello (2009). Já a pesquisa quantitativa se deu através do levantamento das pontuações para cada indicador, que permitiu quantificar o IGE do Poder Público Executivo e Legislativo do Município de Porto Velho Capital do Estado de Rondônia.

Os dados da pesquisa foram coletados através de análise no portal eletrônico das organizações, classificando os indicadores propostos por Mello (2009) e atribuindo-lhes a pontuação de acordo com sua posição na descrição da escala especificada.

Quanto ao seu objetivo, a pesquisa se classifica como descritiva por permitir a análise dos dados com profundidade, de maneira que permitisse descrever a governança eletrônica das organizações e pudesse efetuar uma análise comparativa, através dos índices avaliados em sua homepage.

Já, segundo seus procedimentos, a pesquisa se classifica como bibliográfica pelo fato de ter sido necessário recorrer-se à materiais publicados que permitissem o entendimento do IGE, bem como estabelecessem indicadores e descrevessem métodos para aplica-los e avalia-los posteriormente. Por ser uma pesquisa desenvolvida essencialmente através do portal eletrônico da instituição em estudo, a mesma também se classifica como telematizada. Por fim, tratando-se de um estudo específico, visando o atendimento de um objetivo central a partir de determinada gama de dados, a pesquisa também se justifica como sendo estudo de caso acerca do índice de IGE da organização pesquisada (CRESWELL, 2010).

Os dados foram tabulados no sentido de serem somadas as pontuações para definição do IGE com o apoio do Microsoft Office Excel, versão 2010. Os mesmos seguem apresentados em tabelas especificados.

#### **4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Esta metodologia permite estabelecer um Índice de Governança Eletrônica Geral, através do índice de cada uma das dimensões propostas, diante do conteúdo exposto no portal eletrônico, sendo: Práticas de Conteúdo (PCon), Práticas de Serviço (PSer), Práticas de Participação Cidadã (PPC), Práticas de Privacidade e Segurança (PPS) e Práticas de Usabilidade e Acessibilidade (PUA).

Para avaliar o Índice de Governança Eletrônica da Prefeitura e Câmara de Vereadores de Porto Velho, foi realizada uma análise do conteúdo do seu portal eletrônico, que permitiu chegar aos resultados disposto nas Tabelas a seguir. Os dados levantados em cada uma das dimensões e seus indicadores permitiram análises acerca do desempenho da gestão dos entes analisados neste artigo, por meio das informações contidas no portal eletrônico da Prefeitura e Câmara de Vereadores, como representantes do Poder Público Executivo e Legislativo Municipal de Porto Velho.

A proposição do índice de mensuração e monitoramento do desenvolvimento da governança eletrônica, aqui denominado de IGE (Índice de Governança Eletrônica), consiste em elaborar o índice considerando os subgrupos de práticas ponderados igualmente (pesos iguais) e validá-lo utilizando a metodologia de Melo (2009) conforme tabela 3 descrita abaixo

Variável	Prática	Escala	Pontos
<b>Práticas de Conteúdo</b>			
<b>PCon 1</b>	Disponibiliza uma lista de links de órgãos internos e externos, a localização dos escritórios, agências, setores, etc., contato com horário de funcionamento, endereço, nomes, etc.	2	1,025
<b>PCon 2</b>	Disponibiliza a agenda do gestor e das políticas da instituição.	2	1,025
<b>PCon 3</b>	Disponibiliza os códigos e regulamentos do Poder Público Executivo Municipal.	3	1,538
<b>PCon 4</b>	Disponibiliza as informações do orçamento, relatórios contábeis, anexos da LRF, informações das licitações em andamento, editais, etc.	3	1,538
<b>PCon 5</b>	Disponibiliza as informações sobre os cargos, competências e salários dos servidores.	2	1,025
<b>PCon 6</b>	Disponibiliza as informações sobre concursos públicos, editais, gabaritos e provas.	2	1,025
<b>PCon 7</b>	Permite a cópia de documentos públicos, por meio de impressão, download, etc.	3	1,538
<b>PCon 8</b>	Os documentos públicos tem referências corretas, ausência de erros de digitação, grafia ou gramática; identificação da propriedade intelectual, identificação das fontes ou dos responsáveis, meios de estabelecer contato; conteúdo de linguagem clara, tom profissional, ausência de preconceitos no discurso e informação livre de publicidade.	2	1,025
<b>PCon 9</b>	Disponibiliza informações sobre a gestão de emergências, utilizando o site como um mecanismo de alerta para problemas naturais ou provocados pelo homem.	0	0
<b>PCon 10</b>	Publica as ofertas de emprego, de treinamento e recursos de encaminhamento de currículo pelo interessado.	2	1,025
<b>PCon 11</b>	Disponibiliza um calendário de eventos da comunidade; um quadro de anúncios/informativos, etc.	2	1,025
<b>PCon 12</b>	Disponibiliza informações com atribuição de responsabilidade formal pelo conteúdo e pela atualização das páginas.	0	0
<b>PCon 13</b>	Disponibiliza em seu site os arquivos de áudio e vídeo de eventos públicos, palestras, encontros, etc.	2	1,025
<b>Pontuação</b>			<b>12,814</b>

Tabela 3: Índice de Práticas de Conteúdo (PCon) - (Executivo Municipal)

Fonte: dados da pesquisa.

Nesta etapa são apresentados os resultados das cinco categorias de práticas de governança eletrônica que constituem o índice analisado. Em seguida, discute os IGEM que foram encontrados para os sítios dos entes pesquisados, Poder Público Executivo e Legislativo Municipal de Porto Velho capital do estado de Rondônia.

Na dimensão Práticas de Conteúdo (PCon), o portal eletrônico da Prefeitura do Município de Porto Velho Capital do Estado de Rondônia o índice de 12,814 pontos, demonstrando que os indicadores estão pouco acima da metade da pontuação, conforme tabela 4 abaixo, o que não indica desempenho ainda insatisfatório (MELLO, 2009). Ressalta-se que o conteúdo do portal eletrônico, neste contexto de análise, deve ser algo que chame a atenção do visitante, no caso, do cidadão, dispondo de informações acessíveis a todos os públicos, de maneira que instigue a sociedade a se inteirar cada vez mais das ações públicas (OLIVEIRA, 2008).

Variável	Prática	Escala	Pontos
<b>Práticas de Conteúdo</b>			
<b>PCon 1</b>	Disponibiliza uma lista de links de órgãos internos e externos, a localização dos escritórios, agências, setores, etc., contato com horário de funcionamento, endereço, nomes, etc.	2	1,025
<b>PCon 2</b>	Disponibiliza a agenda do gestor e das políticas da instituição.	2	1,025
<b>PCon 3</b>	Disponibiliza os códigos e regulamentos do Poder Público Legislativo Municipal.	2	1,025
<b>PCon 4</b>	Disponibiliza as informações do orçamento, relatórios contábeis, anexos da LRF, informações das licitações em andamento, editais, etc.	3	1,538
<b>PCon 5</b>	Disponibiliza as informações sobre os cargos, competências e salários dos servidores.	2	1,025
<b>PCon 6</b>	Disponibiliza as informações sobre concursos públicos, editais, gabaritos e provas.	2	1,025
<b>PCon 7</b>	Permite a cópia de documentos públicos, por meio de impressão, download, etc.	3	1,538
<b>PCon 8</b>	Os documentos públicos tem referências corretas, ausência de erros de digitação, grafia ou gramática; identificação da propriedade intelectual, identificação das fontes ou dos responsáveis, meios de estabelecer contato; conteúdo de linguagem clara, tom profissional, ausência de preconceitos no discurso e informação livre de publicidade.	1	0,513
<b>PCon 9</b>	Disponibiliza informações sobre a gestão de emergências, utilizando o site como um mecanismo de alerta para problemas naturais ou provocados pelo homem.	0	0
<b>PCon 10</b>	Publica as ofertas de emprego, de treinamento e recursos de encaminhamento de currículo pelo interessado.	2	1,025
<b>PCon 11</b>	Disponibiliza um calendário de eventos da comunidade; um quadro de anúncios/informativos, etc.	2	1,025
<b>PCon 12</b>	Disponibiliza informações com atribuição de responsabilidade formal pelo conteúdo e pela atualização das páginas.	0	0
<b>PCon 13</b>	Disponibiliza em seu site os arquivos de áudio e vídeo de eventos públicos, palestras, encontros, etc.	1	0,513
<b>Pontuação</b>			<b>11,277</b>

Tabela 4: Índice de Práticas de Conteúdo (PCon) - (Legislativo Municipal)

Fonte: dados da pesquisa.

Na dimensão Práticas de Conteúdo (PCon), o portal eletrônico da Câmara de Vereadores do Município de Porto Velho Capital do Estado de Rondônia o índice de 11,277 pontos, de acordo com a tabela 5, descrita em seguida, demonstrando que os indicadores estão pouco acima da metade da pontuação, o que não indica desempenho totalmente satisfatório (MELLO, 2009). Ressalta-se que o conteúdo do portal eletrônico, neste contexto de análise, deve ser algo que chame a atenção do visitante, no caso, do cidadão, dispondo de informações acessíveis a todos os públicos, de maneira que instigue a sociedade a se inteirar cada vez mais das ações públicas (OLIVEIRA, 2008).

Variável	Prática	Escala	Pontos
<b>Práticas de Serviço</b>			
<b>PSer 1</b>	Disponibiliza e-mails, telefones e endereços para solicitar informações.	3	1,818
<b>PSer 2</b>	A página principal é personalizada para facilitar o acesso do cidadão aos serviços.	2	1,212
<b>PSer 3</b>	Permite acesso à informações privadas utilizando senhas.	2	1,212
<b>PSer 4</b>	Permite acesso à informações relacionadas à projetos/ações educação, indicadores econômicos, instituições educacionais, meio ambiente, saúde, transporte, etc.	1	0,606
<b>PSer 5</b>	Identifica o responsável ou gerenciador do site para possível contato ou responsabilização.	0	0
<b>PSer 6</b>	Disponibiliza um relatório das violações de leis e regulamentos administrativos.	0	0
<b>PSer 7</b>	Disponibiliza um mecanismo para submissão, monitoramento e eliminação de queixas/denúncias públicas.	1	0,606
<b>PSer 8</b>	Disponibiliza as notícias e informações sobre políticas públicas.	2	1,212
<b>PSer 9</b>	Permiti o registro do cidadão e/ou empresa para serviços on-line.	1	1,212
<b>PSer 10</b>	Possui um mecanismo de compras eletrônicas mediante a realização de leilões on-line – pregão eletrônico.	3	1,818
<b>PSer 11</b>	Publica os editais de abertura de licitações e seus respectivos resultados.	2	1,212
<b>Pontuação</b>			<b>12,120</b>

Tabela 5: Índice de Práticas de Serviço (PSer) - (Executivo Municipal)

Fonte: dados da pesquisa.

A dimensão Práticas de Serviços (PSer) chegou à pontuação de 12,120 no Índice de Governança Eletrônica, ficando (2,120) dois pontos e cento e vinte décimos acima da metade da pontuação máxima, conforme apresentada na tabela 6, o que representa que a organização não dispõe claramente de parte dos serviços on-line para a sociedade, remetendo, automaticamente, à situação de que a sua eficiência não atingiu um índice que pode ser classificado como satisfatório, considerando que o cidadão procura por serviços públicos de maneira objetiva para resolver seus problemas ou pelo menos informa-lo como proceder para a solução.

Variável	Prática	Escala	Pontos
<b>Práticas de Serviço</b>			
<b>PSer 1</b>	Disponibiliza e-mails, telefones e endereços para solicitar informações.	3	1,818
<b>PSer 2</b>	A página principal é personalizada para facilitar o acesso do cidadão aos serviços.	2	1,212
<b>PSer 3</b>	Permite acesso à informações privadas utilizando senhas.	3	1,818
<b>PSer 4</b>	Permite acesso à informações relacionadas à projetos/ações educação, indicadores econômicos, instituições educacionais, meio ambiente, saúde, transporte, etc.	1	0,606
<b>PSer 5</b>	Identifica o responsável ou gerenciador do site para possível contato ou responsabilização.	0	0
<b>PSer 6</b>	Disponibiliza um relatório das violações de leis e regulamentos administrativos.	0	0

<b>PSer 7</b>	Disponibiliza um mecanismo para submissão, monitoramento e eliminação de queixas/denúncias públicas.	1	0,606
<b>PSer 8</b>	Disponibiliza as notícias e informações sobre políticas públicas.	2	1,212
<b>PSer 9</b>	Permitir o registro do cidadão e/ou empresa para serviços on-line.	1	1,212
<b>PSer 10</b>	Permitir a consulta a dados cadastrais e pagamento de multas do cidadão\agente público, acesso à legislação e a programas de educação e cidadania.	3	1,818
<b>PSer 11</b>	Permitir a obtenção eletrônica de documentos legislativos, tributários, como: consultas e certidões etc.	3	1,818
<b>Pontuação</b>			<b>10,908</b>

Tabela 6: Índice de Práticas de Serviço (PSer) - (Legislativo Municipal)

Fonte: dados da pesquisa.

A dimensão Práticas de Serviços (PSer) chegou à pontuação de 10,908 no IGE, de acordo com a tabela 7, também ficando abaixo da metade da pontuação máxima, o que representa que a organização não dispõe claramente de boa parte dos serviços on-line para a sociedade, remetendo, automaticamente, à situação de que a sua eficiência não atingiu um índice que pode ser classificado como satisfatório, considerando que o cidadão procura por serviços públicos de maneira objetiva para resolver seus problemas ou pelo menos informa-lo como proceder para a solução.

<b>Variável</b>	<b>Prática</b>	<b>Escala</b>	<b>Pontos</b>
<b>Práticas de Participação Cidadã</b>			
<b>PPC 1</b>	Possui um boletim informativo on-line.	2	1,333
<b>PPC 2</b>	Disponibilizar informações de Governança.	2	1,333
<b>PPC 3</b>	Disponibilizar um e-mail para contato, com a descrição da política adotada de resposta, começando com o tempo e a data de recepção, o prazo estimado para a resposta, o que fazer se a resposta não for recebida e uma mensagem da sua mensagem original.	1	0,667
<b>PPC 4</b>	Disponibilizar um quadro de anúncios, bate papo, fórum de discussão, grupos de discussão, chats, etc., para discutir questões políticas, econômicas e sociais, com gestores eleitos, órgãos específicos, especialistas, etc., facilitando o diálogo entre governo e cidadãos, com verdadeira possibilidade de participação.	1	0,667
<b>PPC 5</b>	Disponibilizar uma agenda de reuniões ou calendário das discussões públicas, incluindo o tempo, lugar, agenda e informações sobre os depoimentos dos cidadãos, participação, observação ou opções.	0	0
<b>PPC 6</b>	Faz pesquisas ou sondagens breves ou mais detalhadas, de satisfação, opinião, manifestação de preferencias e sugestões para verificar a percepção do cidadão quanto aos serviços prestados e à própria estrutura da Governança Eletrônica.	0	0
<b>PPC 7</b>	Disponibiliza um canal específico para encaminhamento de denúncias.	1	0,667
<b>PPC 8</b>	Disponibiliza informações biográficas, e-mail, telefone, fotografia, endereço para contato com gestores e membros da instituição.	1	0,667
<b>PPC 9</b>	Disponibiliza a estrutura e funções da instituição.	2	1,333

<b>PPC 10</b>	Disponibiliza um link específico para a “democracia” ou “participação cidadã” na página principal do seu site, que o leva a uma seção especial, detalhando a finalidade e missão das unidades públicas, os decisores de alto nível, permitindo ligações com a legislação, orçamento e outros detalhes de informação de <i>accountability</i> .	1	0,667
<b>Pontuação</b>			<b>7,334</b>

Tabela 7: Índice de Práticas de Participação Cidadã (PPC) - (Executivo Municipal)

Fonte: dados da pesquisa.

O desempenho mais baixo, apontado pelos indicadores, consiste nas Práticas de Participação Cidadã (PPC), conforme tabela 8, com pontuação de 7,334. Neste quesito, fica evidente que a organização ainda precisa melhorar seu portal de tal maneira que o cidadão possa participar melhor, como, por exemplo, criando um canal para denúncias públicas, serviço on-line para tirar dúvidas, quadros de anúncios e agendas de atividades. Todos esses fatores podem facilitar a participação do cidadão, uma vez que o mesmo passa a ter acesso e ciência das atividades desenvolvidas no âmbito da Prefeitura do Município de Porto Velho Capital do Estado de Rondônia, dentro de suas atribuições (MELLO, 2009).

Variável	Prática	Escala	Pontos
<b>Práticas de Participação Cidadã</b>			
<b>PPC 1</b>	Possui um boletim informativo on-line.	2	1,333
<b>PPC 2</b>	Disponibilizar informações de Governança.	1	0,667
<b>PPC 3</b>	Disponibilizar um e-mail para contato, com a descrição da política adotada de resposta, começando com o tempo e a data de recepção, o prazo estimado para a resposta, o que fazer se a resposta não for recebida e uma mensagem da sua mensagem original.	1	0,667
<b>PPC 4</b>	Disponibilizar um quadro de anúncios, bate papo, fórum de discussão, grupos de discussão, chats, etc., para discutir questões políticas, econômicas e sociais, com gestores eleitos, órgãos específicos, especialistas, etc., facilitando o diálogo entre governo e cidadãos, com verdadeira possibilidade de participação.	1	0,667
<b>PPC 5</b>	Disponibilizar uma agenda de reuniões ou calendário das discussões públicas, incluindo o tempo, lugar, agenda e informações sobre os depoimentos dos cidadãos, participação, observação ou opções.	0	0
<b>PPC 6</b>	Faz pesquisas ou sondagens breves ou mais detalhadas, de satisfação, opinião, manifestação de preferências e sugestões para verificar a percepção do cidadão quanto aos serviços prestados e à própria estrutura da Governança Eletrônica.	0	0
<b>PPC 7</b>	Disponibiliza um canal específico para encaminhamento de denúncias.	1	0,667
<b>PPC 8</b>	Disponibiliza informações biográficas, e-mail, telefone, fotografia, endereço para contato com gestores e membros da instituição.	1	0,667
<b>PPC 9</b>	Disponibiliza a estrutura e funções da instituição.	2	1,333

<b>PPC 10</b>	Disponibiliza um link específico para a “democracia” ou “participação cidadã” na página principal do seu site, que o leva a uma seção especial, detalhando a finalidade e missão das unidades públicas, os decisores de alto nível, permitindo ligações com a legislação, orçamento e outros detalhes de informação de <i>accountability</i> .	1	0,667
<b>Pontuação</b>			<b>6,667</b>

Tabela 8: Índice de Práticas de Participação Cidadã (PPC) - (Legislativo Municipal)

Fonte: dados da pesquisa.

O desempenho mais baixo, apontado pelos indicadores, consiste nas Práticas de Participação Cidadã (PPC), com pontuação de 6,667, estão descritos na tabela 9. Neste quesito, fica evidente que a organização ainda precisa melhorar seu portal de tal maneira que o cidadão possa participar melhor, como, por exemplo, criando um canal para denúncias públicas, serviço on-line para tirar dúvidas, quadros de anúncios e agendas de atividades. Todos esses fatores podem facilitar a participação do cidadão, uma vez que o mesmo passa a ter acesso e ciência das atividades desenvolvidas no âmbito da Câmara de Vereadores do Município de Porto Velho, dentro de suas atribuições (MELLO, 2009).

Variável	Prática	Escala	Pontos
<b>Práticas de Privacidade e Segurança</b>			
<b>PPS 1</b>	Declara a política de privacidade no site, descrevendo os tipos de informações recolhidas e as políticas de utilização e partilha das informações pessoais, identificando os coletores das informações, disponível em todas as páginas que aceitem os dados, e com data em que a política de privacidade foi revisada.	0	0
<b>PPS 2</b>	Permite que o usuário revise os dados e conteste os registros de informações incompletas ou erradas.	0	0
<b>PPS 3</b>	Limita o acesso de dados e garantir que não será utilizado para fins não autorizados, utilizando senhas e criptografia de dados sensíveis e procedimentos de auditoria.	2	2,222
<b>PPS 4</b>	Disponibiliza um endereço de contato, telefone e/ou e-mail, específicos para denúncias, críticas, etc., sobre a política de privacidade e segurança.	2	2,222
<b>PPS 5</b>	Permite o acesso a informações públicas por meio de uma área restrita que exija senha e/ou registro, como o uso de assinatura digital para identificar os usuários.	2	2,222
<b>PPS 6</b>	Permite o acesso a informações não públicas para os servidores mediante uma área restrita que exija senha e/ou registro.	3	3,333
<b>Pontuação</b>			<b>9,999</b>

Tabela 9: Índice de Práticas de Privacidade e Segurança (PPS) - (Executivo Municipal)

Fonte: dados da pesquisa.

O índice que diz respeito às Práticas de Privacidade e Segurança (PPS), o Índice de Governança Eletrônica da Prefeitura do Município de Porto Velho Capital do Estado de Rondônia, descrito na tabela 10, foi o que apresentou menor desempenho,

recebendo 9,999 dos pontos, ou seja, atingindo um pouco menos da metade da pontuação máxima desta dimensão.

Este índice demonstra que a organização apresenta certo grau de preocupação quanto aos dados, tanto os que recebem por parte dos usuários do portal, como servidores, tanto nos que disponibiliza para apreciação da sociedade, prezando pela segurança e confiabilidade dos mesmos (MELLO & SLOMSKI, 2010). Todavia, os mecanismos de privacidade e segurança ainda podem ser melhorados para, conseqüentemente, melhorar a fidedignidade dos dados disponibilizados e a proteção dos dados recebidos na alimentação do sistema.

Variável	Prática	Escala	Pontos
<b>Práticas de Privacidade e Segurança</b>			
<b>PPS 1</b>	Declara a política de privacidade no site, descrevendo os tipos de informações recolhidas e as políticas de utilização e partilha das informações pessoais, identificando os coletores das informações, disponível em todas as páginas que aceitem os dados, e com data em que a política de privacidade foi revisada.	0	0
<b>PPS 2</b>	Permite que o usuário revise os dados e conteste os registros de informações incompletas ou erradas.	0	0
<b>PPS 3</b>	Limita o acesso de dados e garantir que não será utilizado para fins não autorizados, utilizando senhas e criptografia de dados sensíveis e procedimentos de auditoria.	1	1,111
<b>PPS 4</b>	Disponibiliza um endereço de contato, telefone e/ou e-mail, específicos para denúncias, críticas, etc., sobre a política de privacidade e segurança.	2	2,222
<b>PPS 5</b>	Permite o acesso a informações públicas por meio de uma área restrita que exija senha e/ou registro, como o uso de assinatura digital para identificar os usuários.	2	2,222
<b>PPS 6</b>	Permite o acesso a informações não públicas para os servidores mediante uma área restrita que exija senha e/ou registro.	3	3,333
<b>Pontuação</b>			<b>8,888</b>

Tabela 10: Índice de Práticas de Privacidade e Segurança (PPS) - (Legislativo Municipal)

Fonte: dados da pesquisa.

O índice que diz respeito às Práticas de Privacidade e Segurança (PPS), o Índice de Governança Eletrônica da Câmara de Vereadores do Município de Porto Velho, descrito a seguir na tabela 11, foi o que apresentou melhor desempenho, recebendo 8,888 dos pontos, ou seja, atingindo um pouco mais da metade da pontuação desta dimensão.

Este índice demonstra que a organização apresenta certo grau de preocupação quanto aos dados, tanto os que recebem por parte dos usuários do portal, como servidores, tanto nos que disponibiliza para apreciação da sociedade, prezando pela segurança e confiabilidade dos mesmos (MELLO & SLOMSKI, 2010). Todavia, os mecanismos de privacidade e segurança ainda podem ser melhorados para, conseqüentemente, melhorar a fidedignidade dos dados disponibilizados e a proteção

dos dados recebidos na alimentação do sistema.

Variável	Prática	Escala	Pontos
<b>Praticas de Usabilidade e Acessibilidade</b>			
<b>PUA 1</b>	O tamanho da homepage tem no máximo dois comprimentos de tela.	2	0,784
<b>PUA 2</b>	Determina o público alvo do site, com canais personalizados para grupos específicos, como cidadãos, empresas e outros órgãos.	3	1,176
<b>PUA 3</b>	A barra de navegação tem os itens agrupados na área de navegação, termos claros utilizados para definir as opções de navegação de reconhecimento imediato da classe de itens, links identificados, etc.	2	0,784
<b>PUA 4</b>	Fornecer links clicáveis para a página inicial em todas as páginas para os departamentos governamentais e para sites relacionados fora do governo.	2	0,784
<b>PUA 5</b>	Disponibiliza na página principal um mapa do site ou esboço de todos os sites.	2	0,784
<b>PUA 6</b>	As páginas são constituídas com cores padrão e consistentes, com a adequação de estilos de fonte, formatação de texto, visibilidade dos elementos, critério para uso de logotipos, etc.	2	0,784
<b>PUA 7</b>	Os textos estão sublinhados indicando os links.	2	0,784
<b>PUA 8</b>	Disponibiliza a data da última atualização das páginas.	1	0,392
<b>PUA 9</b>	Fornecer um link para informações sobre o governo, com a possibilidade de contato, com endereço, telefone, fax ou e-mail.	2	0,784
<b>PUA 10</b>	Disponibiliza versões alternativas de documentos longos, como arquivos pdf ou doc.	2	0,784
<b>PUA 11</b>	Dispõe de um site de busca ou um link próprio do governo.	1	0,392
<b>PUA 12</b>	Dispõe de seu próprio mecanismo de pesquisa, permitindo que as pesquisas sejam feitas de forma específica, por secretaria, em todo o site etc., com recursos de pesquisas avançadas, como a utilização de palavras, frases exatas, combinação, etc., com capacidade para classificar os resultados da pesquisa por relevância e outros critérios.	2	0,784
<b>PUA 13</b>	Disponibiliza um mecanismo de acesso aos portadores de necessidades especiais.	0	0
<b>PUA 14</b>	Disponibiliza os conteúdos do site em mais de um idioma.	0	0
<b>PUA 15</b>	Apresenta os textos escritos com fontes e cores adequadas.	2	0,784
<b>PUA 16</b>	Disponibiliza os conteúdos de áudio com transcrições escritas e/ou legendas.	0	0
<b>PUA 17</b>	Permite o acesso ao site e seus conteúdos por meio do teclado com computador.	2	0,784
<b>Pontuação</b>			<b>10,584</b>

Tabela 11: Índice de Práticas de Usabilidade e Acessibilidade - (Executivo Municipal)

Fonte: dados da pesquisa.

O índice sobre as Práticas de Usabilidade e Acessibilidade também encontram-se com índice pouco mais que a metade da pontuação máxima para dimensão, atingindo 10,584 pontos, de acordo com a tabela 12, o que demonstra que o portal eletrônico da Prefeitura do Município de Porto Velho Capital do Estado de Rondônia precisa se adaptar para atender aos cidadão de maneira igualitária e eficiente, como, por

exemplo, implementar mecanismos que facilitem o acesso às informações por cidadãos com necessidades especiais, ou a identificação de links que levam à navegação em diretórios com documentos e informações importantes para uso de quem interessar (MELLO, 2009).

Variável	Prática	Escala	Pontos
<b>Práticas de Usabilidade e Acessibilidade</b>			
<b>PUA 1</b>	O tamanho da homepage tem no máximo dois comprimentos de tela.	2	0,784
<b>PUA 2</b>	Determina o público alvo do site, com canais personalizados para grupos específicos, como cidadãos, empresas e outros órgãos.	2	0,784
<b>PUA 3</b>	A barra de navegação tem os itens agrupados na área de navegação, termos claros utilizados para definir as opções de navegação de reconhecimento imediato da classe de itens, links identificados, etc.	2	0,784
<b>PUA 4</b>	Fornecer links clicáveis para a página inicial em todas as páginas para os departamentos governamentais e para sites relacionados fora do governo.	2	0,784
<b>PUA 5</b>	Disponibiliza na página principal um mapa do site ou esboço de todos os sites.	2	0,784
<b>PUA 6</b>	As páginas são constituídas com cores padrão e consistentes, com a adequação de estilos de fonte, formatação de texto, visibilidade dos elementos, critério para uso de logotipos, etc.	2	0,784
<b>PUA 7</b>	Os textos estão sublinhados indicando os links.	2	0,784
<b>PUA 8</b>	Disponibiliza a data da última atualização das páginas.	1	0,392
<b>PUA 9</b>	Fornecer um link para informações sobre o governo, com a possibilidade de contato, com endereço, telefone, fax ou e-mail.	2	0,784
<b>PUA 10</b>	Disponibiliza versões alternativas de documentos longos, como arquivos pdf ou doc.	2	0,784
<b>PUA 11</b>	Dispõe de um site de busca ou um link próprio do governo.	1	0,392
<b>PUA 12</b>	Dispõe de seu próprio mecanismo de pesquisa, permitindo que as pesquisas sejam feitas de forma específica, por setores, em todo o site etc., com recursos de pesquisas avançadas, como a utilização de palavras, frases exatas, combinação, etc., com capacidade para classificar os resultados da pesquisa por relevância e outros critérios.	2	0,784
<b>PUA 13</b>	Disponibiliza um mecanismo de acesso aos portadores de necessidades especiais.	0	0
<b>PUA 14</b>	Disponibiliza os conteúdos do site em mais de um idioma.	0	0
<b>PUA 15</b>	Apresenta os textos escritos com fontes e cores adequadas.	2	0,784
<b>PUA 16</b>	Disponibiliza os conteúdos de áudio com transcrições escritas e/ou legendas.	0	0
<b>PUA 17</b>	Permite o acesso ao site e seus conteúdos por meio do teclado com computador.	2	0,784
<b>Pontuação</b>			<b>10,192</b>

Tabela 12: Índice de Práticas de Usabilidade e Acessibilidade - (Legislativo Municipal)

Fonte: dados da pesquisa.

O índice sobre as Práticas de Usabilidade e Acessibilidade também encontram-se

com índice pouco mais que a metade da pontuação máxima, atingindo 10,192 pontos, o que demonstra que o portal eletrônico da Câmara de Vereadores do Município de Porto Velho precisa se adaptar para atender aos cidadão de maneira igualitária e eficiente, como, por exemplo, implementar mecanismos que facilitem o acesso às informações por cidadãos com necessidades especiais, ou a identificação de links que levam à navegação em diretórios com documentos e informações importantes para uso de quem interessar (MELLO, 2009).

Ao somar os Índices de Governança Eletrônica de todas as cinco dimensões, chegam-se ao Índice de Governança Eletrônica Geral da Prefeitura e da Câmara de Vereadores do Município de Porto Velho, sendo o **52,851** e **47,932** pontos respectivamente. Como já mencionado, estes índices ainda são baixos e requer medidas para torne-se mais efetivo nas ações das organizações estudadas. Neste sentido, estabeleceu-se um comparativo entre o Índice de Governança Eletrônica da Prefeitura e Câmara de Vereadores do Município de Porto Velho, como explicitado na Tabela 13 a seguir.

<b>Dados</b>	<b>PCon</b>	<b>PSer</b>	<b>PPC</b>	<b>PPS</b>	<b>PUA</b>	<b>Índice</b>
<b>Executivo de Porto Velho (dados da pesquisa)</b>	12,814	12,120	7,334	9,999	10,584	<b>52,851</b>
<b>Legislativo de Porto Velho (dados da pesquisa)</b>	11,277	10,908	6,667	8,888	10,192	<b>47,932</b>

Tabela 13: Comparativo entre o IGE do Poder Executivo e Legislativo de Porto Velho.

O índice apurado IGE da Prefeitura de Porto Velho é de 52,851, comparado com o IGE apurado da Câmara de Vereadores do mesmo município é de 47,932, percebe-se que o IGE de 52,851 da Prefeitura do Município de Porto Velho supera o da câmara de vereadores em todas as dimensões como um todo.

Este fator demonstra que o poder público executivo municipal estudado pode estar se encaminhando para um melhor desempenho na aproximação com a sociedade, mais de forma muito lenta e precisa acelerar, pois se comparado ao IGE do Estado de São Paulo o primeiro lugar na pesquisa de Mello (2009) com IGE de 71,40, enquanto que o poder público legislativo municipal, de maneira geral, precisa aprimorar as medidas de cada dimensão, com seus indicadores, de maneira que melhore seu IGE (MELLO, 2009; MELLO & SLOMSKI, 2010).

Ainda se tratando das organizações públicas estudadas, os índices encontrados demonstram que a Prefeitura e a Câmara de Vereadores ambos de porto Velho podem e devem ainda melhorar seu desempenho frente à sociedade, especialmente no diz respeito a melhorar seu IGE de maneira que seu portal eletrônico torne-se mais acessível aos interessados, servindo como mecanismo para aproximar a Prefeitura e a Câmara de Vereadores de Porto Velho, com suas atribuições, da sociedade em que está inserida e a quem deve prestar contas.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa, afirma-se que a questão norteadora desta é: “Qual o Índice de Governança Eletrônica presente no processo de gestão do poder público executivo e legislativo de Município de Porto Velho?”, foi respondida, pois os dados coletados e analisados sob a ótica da Governança Eletrônica permitiram estabelecer o IGE de cada organização em estudo.

Primeiramente foi estabelecido o IGE de cada uma das dimensões e por fim o índice geral da organização, atribuindo-se 52,851 pontos para prefeitura e 47,932 da câmara de vereadores em uma classificação geral. Nas dimensões, as Práticas de Participação Cidadã (PPC) foram as com menor pontuação, com 7,334 pontos para prefeitura e 6,667 para câmara de vereadores, enquanto que as Práticas de Conteúdo (PCON) foram as que atingiram maior resultado com 12,814 pontos para prefeitura e 11,277 para câmara de vereadores.

Também neste contexto, o objetivo central da pesquisa, de identificar o Índice de Governança Eletrônica na Gestão do Poder Público Executivo e legislativo do Município de Porto velho com o uso de indicadores analisados na homepage das instituições, foi atingido, pois os indicadores permitiram, além de estabelecer o IGE da organização, demonstraram quais os pontos que podem ser passíveis de melhoria em cada uma das dimensões.

A análise detalhada dos indicadores demonstra o índice alcançado pela prática e permite avaliar o estágio em que o mesmo se encontra. No caso das organizações em estudo, maioria dos indicadores ficou entre a posição 1 e 2 na escala, ou seja, a prática já existe, mas ainda é incompleta e requer mudanças para que possa alcançar o índice máximo em seu potencial, de acordo com sua finalidade.

Neste contexto, a Gestão do Poder Público Executivo e Legislativo do Município de Porto Velho pode melhorar seu desempenho, no sentido de prestar mais e melhores serviços on-line mais efetivos à sociedade, com algumas melhorias no seu portal, algo que pode até ser simples, considerando que maioria das práticas já existe e que só precisam ser adequadas, de maneira que possam ser mais acessíveis e se constituírem, de fato, em uma fonte de informações que possa atrair o cidadão e demais atores interessados a conhecer e participar do processo de gestão pública.

## REFERÊNCIAS

AGUNE, R.; CARLOS, J. **Governo eletrônico e novos processos de trabalho**. In: LEVY, E.; DRAGO, P. (Orgs.). *Gestão pública no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundap, 2005.

ARAÚJO, W. F. G.; GOMES, M. P. S. **Governança eletrônica na América Latina: podemos esperar uma democracia eletrônica?** In: Fórum IUPERJ/UFMG: *Democracia E Desenvolvimento na América Latina*, 2004, Rio de Janeiro.

BONEZZI, Carlos Alberto; PEDRAÇA, Luci Léia de Oliveira. **A nova administração pública: reflexão sobre o papel do servidor público do Estado do Paraná**. 2008. 42 p. Monografia (Pós-Graduação em

Formulação e Gestão de Políticas Públicas) – U. E. L. – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO VELHO. Disponível em: <<http://www.portovelho.ro.leg.br/>>.

CRESWELL, J. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Booking:Artimed, 2010.

DAGNINO, Renato; COSTA, Greiner. **Do Estado herdado ao Estado necessário**. In COSTA, Greiner; DAGNINO, Renato (orgs). **Gestão estratégica em políticas públicas**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. Ed. Porto alegre: Artmed, 2009.

GUIMARÃES, Tomás de Aquino; MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos. **A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro**. Encontro de Administração Pública e Governança - EnAPG. Rio de Janeiro (RJ), Brasil, 17 a 19 de novembro de 2004.

IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Governança em organizações não empresariais**. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/inter.php?id=18168>>.

HOLZER, Marc and Kim, Seang-Tae **Digital Governance in Municipalities Worldwide (2005) A Longitudinal Assessment of Municipal Websites Throughout the World** © 2006 National Center for Public Productivity

MEDEIROS. Paulo Henrique Ramos; GUIMARÃES, Tomás de Aquino. **O estágio do governo eletrônico no Brasil em relação ao contexto mundial**. Revista do Serviço Público, ano 55, Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.ieprev.com.br/>>. Acesso em: 12 Jul. 2014.

MELLO, Gilmar Ribeiro de. **Estudo das práticas de governança eletrônica: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão dos estados brasileiros**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – USP. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (2009). Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-11072014-102145/pt-br.php>>.

Mello, G.R. de, & Slomski, V. (2010). Índice de governança eletrônica dos estados Brasileiros (2009): no âmbito do poder executivo. *Journal of Information Systems and Technology Management*, 7(2), p. 375-408.

**PREFEITURA DE PORTO VELHO**. Disponível em: < <http://www.portovelho.ro.gov.br/>>.

## **SOBRE OS ORGANIZADORES**

**Tayronne de Almeida Rodrigues** - Filósofo e Pedagogo, especialista em Docência do Ensino Superior e Graduando em Arquitetura e Urbanismo, pela Faculdade de Juazeiro do Norte-FJN, desenvolve pesquisas na área das ciências ambientais, com ênfase na ética e educação ambiental. É defensor do desenvolvimento sustentável, com relevantes conhecimentos no processo de ensino-aprendizagem. Membro efetivo do GRUNEC - Grupo de Valorização Negra do Cariri. E-mail: tayronnealmeid@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9378-1456>.

**João Leandro Neto** - Filósofo, especialista em Docência do Ensino Superior e Gestão Escolar, membro efetivo do GRUNEC. Publica trabalhos em eventos científicos com temas relacionados a pesquisa na construção de uma educação valorizada e coletiva. Dedicar-se a pesquisar sobre métodos e comodidades de relação investigativa entre a educação e o processo do aluno investigador na Filosofia, trazendo discussões neste campo. Também é pesquisador da arte italiana, com ligação na Scuola de Lingua e Cultura – Itália. Amante da poesia nordestina com direcionamento as condições históricas do resgate e do fortalecimento da cultura do Cariri. E-mail: joaoleandro@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1738-1164>.

**Dennyura Oliveira Galvão** - Possui graduação em Nutrição pela Universidade Federal da Paraíba, mestrado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e doutorado em Ciências Biológicas (Bioquímica Toxicológica) pela Universidade Federal de Santa Maria (2016). Atualmente é professora titular da Universidade Regional do Cariri. E-mail: dennyura@bol.com.br LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4808691086584861>.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-334-7

